



Home / Archives / Vol. 5 No. 17 (2021) / Administrative Law: Bidding and Administrative Contracts

The popular consecration in the inexigibility procedure for contracting musical artists

A consagração popular no procedimento de inexigibilidade para contratação de artistas musicais

Pedro Henrique Maciel Barros

 <https://orcid.org/0000-0001-6313-3431>

Marina Zava de Faria

 <https://orcid.org/0000-0002-7818-5848>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai.17.mzf>

Keywords: Unenforceability, Bidding, Musical Artists, Administrative Law

Abstract

The bidding, a question no longer restricted to the forensic society, principally nowadays in which it is involved in corruption scandals in Brazil, manifests itself as an indispensable tool for Public Administration. The present research offers a modest cut when proposing to study the inferences of the popular consecration: this term formed from the junction of the legal criteria "consecrated by the specialized critic or public opinion", previously foreseen in art. 25, III, in Law 8,666/1993 and now in art. 74, II, in Law 14, 133/2021, in the effort to find out which would be the most appropriating interpretations for hiring artists in the unenforceability procedure. For methodological purposes, was used bibliographical review of the subject, scientific studies, jurisprudence opinions, guides, manuais and other materials edited by the official organs of Brazil. The scope of the research is limited to present the forensic society or to any interested party, the conflicts arising from the bidding process in or specific case, regarding the hiring of musical artists by the Public Administration in the current Brazilian legal context, seeking the construction of a reflection without giving any definitive conclusions.

Author Biographies

Pedro Henrique Maciel Barros

Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Estácio de Sá. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Advogado. Produtor Fonográfico.

Marina Zava de Faria

Doutora em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora dos cursos de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Escola Superior Associada de Goiânia (ESUP). Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), Faculdade Padrão (FP) e Faculdade Nossa Senhora Aparecida (FANAP). Professora de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Universidade Salgado de Oliveira.

References

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2018.

BITTENCOURT, Sidney. Contratando sem licitação: contratação direta por dispensa ou inexigibilidade. São Paulo: Almedina, 2016.

BRASIL Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, 2010. Disponível em: [www.tcu.gov.br/Consultas/juris/Docs/LIC_CONTR/2057620.PDF]. Acesso em: 09.10.2018.

CABRAL NETO, Cirino Adolfo. Inexigibilidade de licitação: contratação de artistas. Leme: Editora Cronus, 2009.

CARVALHOFILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 31. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação: dispensa de licitação; inexigibilidade de licitação: procedimentos para a contratação sem licitação; justificativa de preços; inviabilidade de competição; emergência; fracionamento; parcelamento; comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão: procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 10. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos. 4. ed. ver., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

RODRIGUES, Eduardo Azeredo. Inexigibilidade e Atuação de Empresas de Produção de Eventos na Contratação de Artistas. Revista de direito do Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 81, p. 71-76, out./dez 2009. Disponível em: [[www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file ? uuid=82f9704 7-fc-55-4657-84fe-d33527009907 &groupid=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=82f97047-fc-55-4657-84fe-d33527009907&groupid=10136)]. Acesso em: 20.01.2019.

Legislação

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. Orientação Normativa 17, de 01 de abril de 2009. Disponível em: [www.agu.gov.br/atos/detalhe/189178]. Acesso em: 17.01.2019.

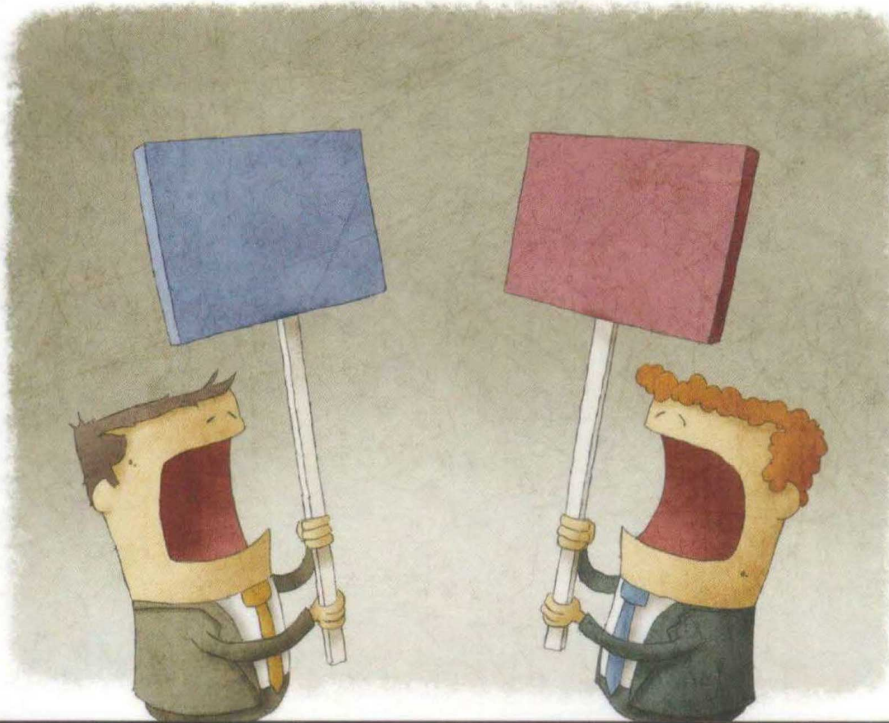
Jurisprudência

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 143512017. Relator: Ministro Vital do Rêgo. Brasília, DF, 05.07.2017. Diário Oficial da União. Disponível em: [contas.tcu.gov.br]. Acesso em: 28.08.2018.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas. Decisão 6.96811996. Brasília, DF, 08.08.1996. Disponível em: [www.tc.df.gov.br]. Acesso em: 20.01.2019.

NESTA EDIÇÃO:

ÉTICA DA DISCUSSÃO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O ADMINISTRADOR PÚBLICO MENTIROSO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• **RDAl** 17

ANO 5 • n. 17 • abr.-jun. • 2021

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 5 • ISSUE 17 • April – June • 2021

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E
RICARDO MARCONDES MARTINS**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Published

2021-07-01

How to Cite

MACIEL BARROS, P. H.; FARIA, M. Z. de. The popular consecration in the inexigibility procedure for contracting musical artists: A consagração popular no procedimento de inexigibilidade para contratação de artistas musicais. **Journal of Public Law and Infrastructure**, Thomson Reuters - RT, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 93-108, 2021. DOI: 10.48143/rdai.17.mzf. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/369>. Acesso em: 12 aug. 2021.

More Citation Formats

Issue

[Vol. 5 No. 17 \(2021\)](#)

Section

Administrative Law: Bidding and Administrative Contracts

License

Copyright (c) 2021 Journal of Public Law and Infrastructure



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

This journal is licensed by

[\(CC BY-NC-ND\)](#)

Submission and publication of articles are free; peer-reviewed; the journal uses CrossCheck (anti-plagiarism); and complies with the COPE Editors' Guide; Committee on Publication Ethics, in addition to the Elsevier and SciELO recommendations. [Check the Rules for the submission and evaluation of the RDAI.](#)

0

[Make a Submission](#)

Information

[For Readers](#)

[For Authors](#)

[For Librarians](#)

Language

[English](#)

[Português \(Brasil\)](#)

[Español \(España\)](#)

[Français \(France\)](#)

[Italiano](#)

© Journal of Administrative Law and Infrastructure – RDAI | e-ISSN: [2675-9527](#) | ISSN: [2526-8120](#)
1510 Gomes de Carvalho Str. 9 floor | Vila Olímpia | 04547-005 | São Paulo-SP | Brazil | Call: +55
(11) 3058-7800

[Collection](#) - [Search](#) - [Contact](#) - [Log in](#) - [Sing up](#) - [Rules](#)

Platform &
workflow by
OJS / PKP